

Religião, comunicação e cultura política: da vida religiosa à luta pela cidadania

*Fabício Roberto Costa Oliveira¹
Arnaldo José Zangelmi²*

RESUMO: Este texto apresenta reflexões sobre a *práxis* comunicativa do Movimento da Boa Nova, enfatizando que a comunicação popular foi fundamental para a emergência de atores sociais politicamente engajados na militância política e na busca pela cidadania. O Movimento lançou mão de estratégias comunicativas que aproximavam suas concepções sobre o exercício da cida-

dania ao universo rural, valendo-se de metáforas que tornaram o conteúdo acessível. Neste sentido, o Movimento acabou por potencializar a busca pela cidadania, redimensionando conjunturas políticas locais e, principalmente, inserindo grupos subalternos em disputas pelo poder público com base em demandas próprias, alicerçadas em suas significações sobre a realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Comunicação e cultura política.

I. INTRODUÇÃO

Diante do processo recente de redemocratização da sociedade brasileira, vários atores sociais discutem a possibilidade de desenvolvimento de ações coletivas que incentivem o exercício da cidadania. Os movimentos sociais, cada vez mais, aparecem como atores importantes na construção de formas de participação popular na vida pública, principalmente por redimensionarem as concepções e práticas de poder tradicionais.

O objetivo desse artigo é discutir o papel que a mediação social de integrantes do Movimento da Boa Nova (Mobon), que, valendo-se de metáforas, diálogos e utilização de elementos simbólicos da vida cotidiana, exerceu para a transformação de práticas e concepções políticas de grupos de pessoas de comunidades rurais engajados em sindicatos, associações e na política partidária.

O Mobon é católico, formado em fins da década de 1960, em Minas Gerais (com atuação destacada na Zona Mata, Vale do Rio Doce e Região Leste), a partir da atuação de dois missionários sacramentinos, Alípio Jacinto e João Resende.

¹ Mestre em Extensão Rural (UFV), doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: frcoliveira@yahoo.com.br.

² Doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: arnaldozan@yahoo.com.br

O Movimento propunha, de início, como atividades principais, a evangelização e a educação religiosa. Os missionários ministravam cursos a leigos católicos e ao mesmo tempo procuravam “formá-los” como lideranças comunitárias para que pudessem repassar os interesses religiosos e sociais do Movimento para suas comunidades e a outros grupos católicos, reproduzindo assim a dinâmica dos cursos e promoção dos ideais católicos.

O maior público dos cursos era e continua sendo pessoas provenientes de comunidades rurais. Em fins da década de 1960, as temáticas dos cursos prezavam, sobretudo, pelas novidades advindas do Concílio Vaticano II, que valorizavam a atuação ativa dos grupos católicos leigos na Igreja Católica, procurando, ao menos, minimizar a grande diferenciação entre grupos leigos e membros da hierarquia. Dentre as transformações proporcionadas pelo Concílio II, podem ser enumeradas as de

maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior co-responsabilidade dentro da Igreja e relações de maior proximidade entre o clero e o povo exigiam na América Latina mudança maior do que na Europa (MAINWARING, 1989, p. 63).

Em fins da década de 1970, ideais da Teologia da Libertação ocuparam maior espaços nos cursos e a ênfase recaía na necessidade de atuação social e política dos leigos, no sentido de buscar justiça social e promover uma vida terrena mais justa. Na década de 1980, após o processo de redemocratização, setores da Igreja Católica, tal como o Mobon, em contexto regional, tinham forte significação eleitoral. Segundo Burdick (1998, p. 180), “Lula, o líder nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), raramente perde a oportunidade de apelar ao ‘povo lutador das CEBs, os faróis da esperança por uma sociedade de justiça e direitos’, como na caravana da campanha de 1987”.

O trabalho de Rachel Meguelo (1989) aponta para o fato de setores da Igreja Católica, engajados no trabalho de CEBs e da Teologia da Libertação, terem mobilizado um número significativo de movimentos populares urbanos que emergiram na década de 1980 e tiveram importância fundamental na formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste sentido afirma que

a aproximação da Igreja ao partido deu-se desde o início, e foi provavelmente estimulada pela ideia existente da Igreja de viabilizar a construção de um partido dos trabalhadores, “um PT cristão”. Esta ideia, sem dúvida, refletia a orientação progressista que setores da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) esboçavam, fundamentada na ‘Teologia da Libertação’ (p. 64).

Para Löwy (1991, p.51), os novos movimentos populares brasileiros, bem como sua expressão política, o PT, “são, em grande parte, produto do trabalho de formiga de militantes cristãos, e de atividades de agentes leigos das pastorais e das comunidades cristãs de base”. Alguns destes militantes do interior de Minas Gerais passaram pelos cursos de formação do Mobon e a linguagem utilizada na formação

destes quadros que se sentiram motivados ao exercício político da cidadania será explorada neste trabalho.

Esse processo apresenta grande convergência com estudos mais amplos sobre os movimentos sociais e suas consequências políticas. Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) procuram entender o surgimento de novas culturas políticas nos movimentos sociais, salientando o potencial de criação de uma forma alternativa de cidadania nessas ações coletivas. Alternativa essa em relação à noção de cidadania neoliberal, baseada na lógica da integração individual no mercado.

Essa cidadania, construída por meio de uma política cultural dos movimentos sociais, não se relaciona somente com o sistema político, mas também com práticas econômicas, sociais e culturais. Os movimentos desafiam práticas políticas estabelecidas, lutando para dar novo significado a noções predominantes, como as de cidadania e democracia. Os movimentos disputam a interpretação da realidade com outros grupos, nas suas políticas culturais, gerando efeitos sobre a cultura política da sociedade.

A cultura política, para esses autores, baseia-se no que conta como político para cada sociedade, ou seja, ela é o conjunto de práticas, selecionadas da totalidade da realidade social, consideradas políticas em cada contexto histórico específico.

Nesse sentido, os movimentos sociais não querem simplesmente tomar o poder, mas também modificar as formas de exercê-lo, transformando práticas e estendendo a perspectiva política para outras esferas. Eles desafiam as culturas políticas dominantes, que no Ocidente foram caracterizadas como individualistas, racionalistas e universalistas. Sendo assim, procuram pensar uma outra forma de ser moderno, uma modernidade alternativa.

Na América Latina, como mostrou Schwarz (1981), através das “ideias fora do lugar”, esses atributos modernos se combinaram muitas vezes de maneira contraditória, com outros princípios para garantir formas de dominação. Essa situação se baseava na manutenção da concepção oligárquica de política, na qual poderes, pessoal, político e social se misturavam. Nesse sentido, houve forte presença do pessoalismo, do clientelismo, do favor, da mistura entre público e privado e do paternalismo.

Sendo assim, as classes subalternas passaram a ver a política como “negócio privado” das elites, longe de seu cotidiano. Isso gera, como afirmam os autores, dificuldades para o surgimento de novos sujeitos politicamente autônomos, o que reforça ainda mais a exclusão e a desigualdade social.

Nesse contexto, fica claro por que os movimentos sociais da América Latina lutam tanto por uma outra cultura política, uma outra noção de democracia e de cidadania, mais ativa, participativa, crítica, com espaços públicos mais amplos e maior noção de direitos. Estes movimentos tentam redefinir o que se considera político, desarticulando o autoritarismo social predominante. Isso gerou uma cultura política “nova e híbrida”, definida não só no ambiente institucional ou representativo, ou seja, uma cidadania que se pretende descentralizada do Estado e das oligarquias.

Nesse sentido, esses autores salientam que existem projetos distintos de

cidadania, de democracia e, conseqüentemente, de modernidade. Os movimentos sociais, em muitos casos, tentam criar alternativas em relação ao projeto neoliberal, que está centrado num individualismo de desenvolvimento pessoal e de lógica de mercado, gerador de despolitização das bases. Essa postura, para eles, tem conseqüências importantes para a constituição organizacional e cultural dos grupos, dando base à construção de formas específicas de se construir a identidade.

2. COMUNICAÇÃO E RELIGIÃO

A maior parte dos movimentos sociais rurais do Brasil emergiu sob influência de setores da Igreja Católica engajados com proposições da Teologia da Libertação. Assim, é difícil compreender a formação e atuação do Movimento Sem Terra, Movimento de Atingidos por Barragens e Sindicatos de Trabalhadores Rurais sem uma reflexão apurada das relações entre os agentes institucionalizados da Igreja Católica e os grupos leigos. Neste sentido, é fundamental entender os processos recíprocos de comunicação entre estes grupos na construção de uma cultura política dos movimentos sociais. Faz-se, também, necessário atentar para o fato de que mediadores católicos e trabalhadores rurais, em geral, são grupos de pessoas que vivem em universos culturais distintos. Em função dessas diferenças, é importante refletir sobre a forma com que estes grupos se comunicam e lidam com suas diferentes vivências culturais.

João Resende, fundador do Mobon, defende o uso da linguagem popular na utilização de símbolos e comparações, pois assim atinge o coração das pessoas e vai adiante ao afirmar que

o que atinge o coração tem força educativa, tem poder de transformação. O que atinge a cabeça fica no mundo do discurso, criando a elite dos 'entendidos' que não atinge a massa popular. É o 'cavalo desligado da carreta'. (RESENDE, 1997, p. 35).

A defesa da linguagem e da necessidade de democratização da informação, contrária à criação da "elite dos entendidos", é uma ênfase nas suas proposições. Assim, afirma que:

a missão do educador popular é descobrir, na cultura do povo, os símbolos e comparações que ajudam a entender e analisar a realidade. Desta maneira, aos poucos, as pessoas vão se sentindo à vontade para participar. Vão se envolvendo, questionando e questionando-se. Vão se libertando dos chavões e ideias pré-fabricadas, deixando de ser passivas, fatalistas, individualistas, passando a fazer a sua história, abrindo-se aos valores solidários. Aí vai acontecendo a formação popular (RESENDE, 1997: 35).

João Resende enfatiza a necessidade de conhecimento da cultura popular e faz, neste sentido, uma associação interessante entre cultura e comunicação. Conhecer a primeira pra ele é exercício fundamental para o sucesso da segunda. Ele deixa subentendido que vive em universo diferente e com outras possibilidades

de se comunicar, mas valoriza a necessidade de “descobrir, na cultura do povo”, os símbolos e as comparações. Este descobrimento seria tanto fundamental para o entendimento da realidade, como para que ele pudesse se aproximar de grupos de pessoas que compartilhavam vivências diferenciadas daquelas vividas por eles.

Para Resende (1997, p. 36), “o segredo do sucesso dos movimentos populares está em saber usar uma linguagem popular proveniente do universo cultural simbólico das pessoas. Esta linguagem é que atinge o coração”. Ou seja, para ele, cultura e símbolos precisam ser levados em consideração no universo da prática comunicativa, refletindo seu lado religioso ao enfatizar a necessidade de se “atingir o coração”. Mas pretende também defender a postura frente aos críticos ao afirmar que “a linguagem de uma formação popular não é vulgarização das ideias. É fazê-las entendidas no universo cultural popular. O difícil é falar fácil, fácil é falar difícil” (RESENDE, 1997, p. 36).

Para Alípio Jacinto da Costa, a marca do Mobon é “uma conversa, a gente não fazer palestra, nós nunca fomos de fazer palestra, sempre trabalho explicando e conversando com o povo e pedindo a opinião do povo”³. Este “ouvir o povo” não elimina as diferenças nas possibilidades de argumentação e defesa do ponto de vista dos missionários, que na maioria das vezes são mais escolarizados e têm maior conhecimento dos temas que ministram que a maior parte dos participantes. Mas não se pode duvidar da afirmação de Alípio de que “não resolve despejar verdades profundas sobre quem não as escuta. O diálogo leva ao interesse. O interesse leva à participação” (COSTA, 2009, p. 26).

Em uma entrevista, João Resende enfatiza a articulação da linguagem com o público dos cursos:

tem uma linguagem conceitual e eu passo para frente, Mas e se o pessoal não entende? Mas eu acho que a sabedoria é eu pegar o conceito aqui, científico, e passo para a linguagem popular sem vulgarização. O pessoal merece respeito. Como é que eu vou então popularizar sem ser vulgar. A questão é falar coisas bonitas em pedagogia, de metodologia de um jeitinho que o pessoal entende⁴.

João exemplifica essa postura comunicativa em casos concretos, o que nos dá uma melhor dimensão desse processo:

No caso, mojar a vaca, né. Ele sabe ali se tem um bico que tá perdido ou não, isso aí ele entende, e você vai caminhando junto e tirando as consequências para desencadear o processo e ali ele vai se fazendo, e aquilo ele não esquece nunca mais e aquilo se torna um referencial na vida dele e a coisa vai se fazendo⁵.

São embasados em exemplos como este que o missionário promovia

³ Entrevista concedida em outubro de 2004.

⁴ Entrevista concedida em novembro de 2009.

⁵ Entrevista concedida em novembro de 2009.

reflexões sobre a organização social e sobre o funcionamento da sociedade. Outro exemplo:

Tinha também a história do trairão que come lambari. Todo lambarizinho que tentava nascer na correnteza era atacado pelo trairão. Ele queria dizer para termos cautela. Não era para chegarmos e falarmos o que a gente era. Então o trabalhador tinha que mostrar o seu poder. E se quiser desmoroar um prédio como tinha que fazer? Começa por baixo ou por cima? Então, aprendíamos que tínhamos que fazer como tatu. Nós somos conhecidos como tatu, e todo mundo sabe. (Depoimento a Ricci, set. 1999). (RICCI, 2002: 123-124).⁶

Essa linguagem que vai aos poucos desencadeando um espírito crítico e reflexivo converge para a atuação concreta, o exercício da cidadania, muitas vezes encarnado na visão sobre a necessidade de organização. Dessa forma, preza-se por uma linguagem didática e de fácil entendimento dos grupos das comunidades rurais, por se aproximarem de elementos de entendimento do seu universo cotidiano.

João Resende disse que através das reflexões junto a grupos católicos mais engajados socialmente:

a gente foi entendendo que esta fé exigia uma atuação, mas não entrou muito na questão da política não, entrou mais na questão social, sindicato, 1975, mais ou menos, a fase do sindicato. Como é que nós vamos viver a nossa fé sem a gente não se organizar, o trabalhador, sobretudo, trabalhador rural que ta aí à mercê de ninguém⁷.

Há aí o reconhecimento de um processo de amadurecimento em relação à organização social e política, sobretudo dos trabalhadores rurais. Há também a colocação importante de vincular fé à organização e ação, ou seja, para se “viver a fé”, faz-se necessária uma organização social capaz de proporcionar melhorias na vida social, é uma fé que legitima uma ação na vida social.

Raul Messias, que se tornou deputado estadual, em 1986, pelo PT, com apoio de lideranças religiosas do Mobon afirma que a maior parte das lideranças “é gente que o único livro que tem é a Bíblia”⁸. Neste sentido, Novaes (2002, p. 95) reconhece que “na era da informação, em pleno século XXI, a Bíblia continua sendo um poderoso ‘recurso cultural’ para a compreensão do mundo e para ancorar escolhas religiosas com efeitos políticos”.

3. RELIGIÃO, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA

A respeito da intervenção do Mobon nas formas de percepção e visão de mundo dos atores, podemos começar pela visualização de relatos de alguns atores

⁶ Entrevista de uma liderança da Zona da Mata mineira concedida a Ricci em setembro de 1999.

⁷ Entrevista concedida por João Resende, em outubro de 2009.

⁸ Entrevista concedida por Raul Messias, em janeiro de 2010.

sociais⁹ engajados no trabalho do Movimento:

eu lembro perfeitamente, escutei lá em Tombos, ‘eu entrei no sindicato por causa deste trabalho do Boa Nova.¹⁰

Até o Mobon, a gente via só o outro lado da Bíblia. O lado só do religioso. Mas o lado social, político, ele ajudou muito neste lado, muito mesmo¹¹.

foi o Mobon, os trabalhos do Mobon que fez a gente enxergar que a política estava caminhando para o lado errado, favorecendo às vezes um grupo e a massa sofrida que precisava tava a Deus dará¹².

Estas frases caminham na mesma perspectiva. São relatos que colocam o engajamento religioso como uma vivência importante para o engajamento político e sindical, refletem também consequências do trabalho realizado pelos missionários do Mobon, que levavam lideranças leigas para cargos em sindicatos, na política e em outras instâncias de representação coletiva. Nestas instâncias, a ligação ao Mobon e a realização de um “plano de Deus” são constantes.

Neste sentido, em 1978, aparecem questões mais diretamente vinculadas ao engajamento na política partidária. No curso de “Fidelidade ao Evangelho”, a temática política é explícita, questionam-se:

1. A política prejudica a Evangelização? Por quê?

O político pode pertencer ao movimento de Evangelização? Por quê?

2. O que tem a ver a Comunidade com os políticos?

Qual deve ser a atitude das comunidades? Por quê?

Respostas

1. Sim, ela leva as pessoas a tomar atitudes não cristãs.

É difícil, porque nem todos se controlam.

2. Influenciá-los para o bem.

Indicar bons candidatos. Só assim teremos uma política sadia¹³.

⁹ Serão utilizadas siglas de identificação de algumas pessoas engajadas em processos locais com o propósito de evitar conflitos e exposição dos atores sociais.

¹⁰ Entrevista concedida por João Resende, em outubro de 2009.

¹¹ Entrevista concedida por G. M., em outubro de 2009. Ele é uma liderança religiosa engajada no Mobon e foi vereador em Tarumirim-MG.

¹² Entrevista concedida por A. R., em outubro de 2009. Foi prefeito de Tarumirim-MG e é uma liderança comunitária / religiosa, engajada no Mobon.

¹³ O conteúdo deste curso foi copiado do caderno de Dona Cora Furtado de Melo, da cidade de Iapu-MG. Ela é uma liderança religiosa conhecida na cidade, historiadora e pedagoga, considerava importante registrar o conteúdo dos cursos de que participava. Participou de quase todos os cursos do Mobon e deixou registros dos mesmos em cadernos e pastas, que contém anotações dos escritos no quadro, colou os livrinhos de evangelização utilizados e as repostas passadas por seu grupo (normalmente se faziam pequenos grupos para elaboração de respostas aos missionários). Ela cedeu este material para que eu pudesse explorar na tese e depois entregasse na sede do Mobon para consulta pública.

A resposta do grupo de Dona Cora é de que a entrada na política prejudica a evangelização, pois pode “levar a atitudes não cristãs”. Não obstante, as outras respostas são de que deve se enfatizar a necessidade da indicação de bons candidatos, de “influenciá-los para o bem” e promover uma política sadia.

Neste sentido, citamos perguntas de reflexão do Curso de Semana Santa de 1984:

- a) Temos trabalhado pela nossa libertação, ou esperamos que ela venha pelos outros? O que fazer?
- b) Temos confiado nas forças dos fracos, ou vamos na conversa e opressão dos grandes? Como resolver isso?
- c) Quais os pontos em que a Comunidade está mais escravizada? O que fazer?¹⁴

O material da pesquisa não possui as respostas dadas pelo grupo, mas fica explícita a “provocação” no sentido de que as pessoas devem efetivamente se organizar e realizar ações para saírem da condição de oprimidos. A chamada para a ação está nas perguntas: “O que fazer?” e “Como resolver isso?”.

No curso de Semana de Santa, de 1985, o vínculo com a teologia da libertação é também muito explícito. Questionam-se:

- 1) Diante da exploração que vivemos, que atitude devemos tomar? Aceitamos tudo como está ou reivindicamos para melhorar?
- 2) Temos preocupado só com os enfeites da Igreja ou concentramos em atos que têm sentido? Por quê?¹⁵

Há, nestas frases, um incentivo para que os atores busquem soluções para seus problemas, inclusive em tom provocativo, ao questionar se a preocupação é maior com os enfeites ou “atos com sentido”. Há aí, também, uma crítica a um catolicismo mais preocupado com “enfeites” classificados como “atos sem sentido” e uma valorização da Igreja Católica em prol da organização popular.

Em 1988, no “Curso de Preparação para o Natal”, ministrado por Alípio, consta como anotação do curso uma frase legitimadora do engajamento político:

Palavras dos Bispos sobre Política

Para a Igreja, a política partidária é o campo próprio dos cristãos leigos, onde gozam de legítima autonomia. Compete a eles a obrigação da séria participação política até o nível partidário, sabendo que a política é a mediação privilegiada da caridade e que a fé cristã a valoriza e a tem em alta estima.

Doc. CNBB – n° 40 – Parág. 211.¹⁶

¹⁴ Conteúdo de Material manuscrito de Dona Cora.

¹⁵ Conteúdo de Material manuscrito de Dona Cora.

¹⁶ Conteúdo de Material manuscrito de Dona Cora.

Neste caso, legitima-se o engajamento político de religiosos pelas palavras dos bispos. Mostra-se aos leigos que a necessidade de engajamento não é ideia exclusiva do Mobon, mas algo que perpassa a mais alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil, a CNBB. Vale ressaltar que a legitimidade da hierarquia católica para o engajamento leigo é algo de extrema relevância. Há uma frase elucidativa de G. M. a esse respeito:

A gente não sabia o valor deste lado também, né. Quando o cara sabe que até documento, os bispos têm documento que fala assim que, fazer política a favor da vida é prestar um culto a Deus. É sério isso aí, né? Ter um documento deste falando que fazer política a favor da vida é prestar um culto a Deus, nossa! E isso aprendemos no Mobon, depois do Mobon que aprendeu estes documentos que mostra a importância do cristão na política pra mudar, transformar a sociedade. Essa aí guardei, né? Porque tá doido!¹⁷

O valor dado para um documento da CNBB, no sentido de ressaltar a importância do engajamento político, é muito relevante, veja que ele repete a frase: “fazer política a favor da vida é prestar um culto a Deus”. Há uma segurança do leigo de que se está de acordo com os bispos e prestando um culto a Deus. Há a construção de legitimidade junto a outros católicos, mas também legitima a si próprio, pois o trabalho político é importante.

Mais tarde se tornaram políticos, como no caso de G. M., que foi vereador em Tarumirim-MG e diz que o Mobon teve papel importante em:

ensinar a gente, como fazer também uma política diferente, uma política cristã. Foi muito bom, porque a gente até então viu isso mesmo. Eu digo como vereador que eu não falhei um milímetro no meu lado religioso durante o meu tempo de político. Tenho consciência disso. Fiz uma política de cristão mesmo, do bem, da honestidade, da verdade, da libertação, tenho consciência disso mesmo. Então ajudou muito o Mobon.¹⁸

Fazer política “cristã” e de “libertação” é narrado como uma necessidade e uma responsabilidade sobre algo que aprenderam. Um elemento importante colocado é o de que não falhou no “lado religioso”, a proposição é de o lado religioso se colocar como elemento importante da tomada de decisão nas práticas políticas e sociais.

A relação entre as falas das lideranças religiosas socialmente engajadas em sindicatos e na política se relaciona com as temáticas dos cursos, sobretudo na chamada à mobilização e organização popular e organização popular.

5. RECONVERSÃO NO CAMINHO DA CIDADANIA

Assim como nas análises de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), que ex-

¹⁷ Entrevista concedida por G. M., em outubro de 2009.

¹⁸ Entrevista concedida por G. M., em outubro de 2009.

pusemos anteriormente, a atuação do Mobon tem propiciado mudança nas noções de política de seus integrantes, o que muitas vezes tem trazido para o universo do poder público novos atores, que antes não consideravam a política uma forma de exercício de cidadania. A. R., que atualmente exerce seu terceiro mandato como prefeito da cidade de Tarumirim, narrou sua entrada na política:

Eu tinha horror de política, nojo, você entendeu? Meu pai trabalhava muito no setor dele, ajudando os políticos da época. Os tais de Albergaria, Jaime Albergaria, os primeiros prefeitos de cinquenta e poucos, eles prometiam muito, depois esse outro que eu te falei. (...) se não fosse o Mobon, essa felicidade, não tinha nem sentido eu viver. Eu não tinha entrado na política de jeito nenhum, não gostava nem de ouvir nem falar em política. Depois que eu comecei a entender, virei rapaz, por causa destas trapalhadas, por causa dos compromentimentos que faziam com meu pai, ele garantia pro povo e fazia ele ficar de cara grande. Foi o danado do Mobon que me fez entrar na política¹⁹.

O Mobon é destacado, como nesta fala, como mediador que promoveu ruptura, pois o ator que afirma ter “horror” e “não gostava de ouvir falar” em relação à política, se tornou um político de destaque regional e exerceu um mandato de vereador e três de prefeito. Questão interessante deste processo é que A. R., apesar de aparentemente ter “horror” à política, estava extremamente envolvido com a mesma, já que tinha profundas críticas às práticas anteriores, mas entendeu que deveria ser necessária outra forma de engajamento e de “se fazer política”. Neste sentido, afirmou que “os trabalhos do Mobon fizeram a gente enxergar que a política estava caminhando para o lado errado, favorecendo às vezes um grupo de massa sofrida que precisava tava ao Deus dar²⁰”. Essa fala revela a formação da cultura política de alguém socialmente engajado e preocupado com uma massa sofrida.

No mesmo sentido, G. M., vereador em Tarumirim por um mandato, falou da descoberta de uma outra política, mais cristã, com olhar mais social. É interessante notar como ele passa a perceber o universo da política como palco de transformação, o que antes era canalizado apenas para a fé religiosa.

o Mobon ajudou muito, neste sentido de despertar a gente, ensinar a gente, como fazer também uma política diferente, uma política cristã. Foi muito bom, porque a gente até então viu isso mesmo. Eu digo pro vereador que eu não falhei um milímetro no meu lado religioso durante o meu tempo de político. Tenho consciência disso. Fiz uma política de cristão mesmo, do bem, da honestidade, da verdade, da libertação, tenho consciência disso mesmo. Então ajudou muito o Mobon. (...) Estimularam, despertaram, mostraram o lado. E esse lado bíblico também, o lado político da Bíblia²¹.

¹⁹ Entrevista concedida por A. R., em outubro de 2010.

²⁰ Entrevista concedida por A. R., em outubro de 2010.

²¹ Entrevista concedida por G. M., em outubro de 2009.

A frase “o lado político da Bíblia” revela uma leitura diferente da realidade, utilizando-se o mesmo escrito, a Bíblia. Há aí, também, um processo de comprometimento religioso com a política, em que não se procura falhar “um milímetro” do lado religioso / cristão no exercício da política. Isto também se revela na reflexão sobre Deus e Jesus:

O nosso Deus, Jesus é nosso Deus libertador, né. O nosso Deus é Cristo libertador, não é passivo diante da vida. Então, o Mobon ajudou a gente a ler Bíblia e a ver esse lado da Bíblia, e esse lado do nosso Deus. Até então, antes do Mobon, o nosso Deus parecia que era só o Deus que queria a salvação das almas, do lado religioso, né. E o lado da vida não tinha valor, e o Mobon ajudou a gente a ler este lado da Bíblia, do valor da vida, né. Não é só salvar a alma, mas também salvar a vida toda, valorizar a vida toda, então ele ajudou muito a gente nisso, a ler com a gente esse lado da Bíblia que a gente não via. Até o Mobon, a gente via só o outro lado da Bíblia. O lado só do religioso. Mas o lado social, político, ele ajudou muito neste lado, muito mesmo²².

O depoimento abaixo nos ajuda a demonstrar como esses atores, ao entrar no Mobon, deixam de ver a política apenas como “negócio provado”, “sujo”, e passam a se considerar sujeitos do processo político, ganhando responsabilidade pelos processos de transformação social, ou seja, ampliando sua cidadania:

Não, nem gostava. Eu nem gostava nem de política antes do Mobon. Porque na verdade eu via, a gente andava percebendo que a política era muito suja, muito suja, meu Deus do céu, eu quase nem votava. Eu nem sei se eu votei não, eu ia lá e riscava aquilo tudo lá, eu falava assim, esse cá não merece meu voto, esse aqui não merece meu voto, este aqui também não merece. Não sei se votei antes do Mobon, não. Eu acho que não, eu riscava aquilo lá. Era muito sujo. É claro que a Igreja, né, mas o Mobon acaba ensinando a gente, mas era verdade que a política, os políticos eram sujos demais, meu Deus do céu. Antes do Mobon. O Mobon que despertou pra entrar gente boa, pra nós, na nossa região. É claro que em outros lugares tem outros, porque no Brasil inteiro tem muita gente boa na política hoje. Tem muita gente séria. Pra nós de Tarumirim é o Mobon, que ajudou né a gente a envolver com política, a gostar de política, porque eu mesmo não gostava não. Antes do Mobon eu não gostava não²³.

G. M. destaca e enfatiza o fato de que a política era “suja”, seguido da expressão “meu Deus do céu”. Era um homem que quase não votava e nesta fala faz reflexões sobre política no Brasil e exerceu cargo legislativo e é alguém que

²² Entrevista concedida por G. M., em outubro de 2009.

²³ Entrevista concedida por G. M., em outubro de 2009.

fala abertamente que gosta de política. Para Raul Messias, que contou com apoio do Mobon e foi deputado estadual pelo PT de Minas Gerais, para os mandatos de 1987-1990 e entre 1991-1994, “o principal do Mobon é que o acho que ele falava a linguagem do povo, então o povo entendia. Ao passo que os marxistas-leninistas não falam a linguagem do povo, então o povo não entende, então fica um diálogo meio de surdos”²⁴. A questão revelada nesta frase é que a mobilização e a promoção de uma outra concepção de cultura política e construção da vontade de luta pela cidadania se devem em grande parte ao diálogo e ao entendimento das falas por parte dos grupos populares. Essa comparação, crítica em relação a correntes intelectuais de esquerda, que, pelo afastamento da realidade específica dos trabalhadores rurais, não construíam um processo de mobilização, indica como esses atores sociais do Mobon construíram um processo comunicativo com forte potencial de impulsionar ações coletivas bem articuladas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a mediação social do Mobon alterou consideravelmente as concepções políticas dos atores sociais envolvidos, no sentido de uma participação mais ativa nas questões públicas, aproximação com uma postura política mais autônoma e menos ligada à ideia de política como expressão de poder privado.

Para tanto, o Mobon lançou mão de estratégias comunicativas que aproximavam suas concepções sobre o exercício da cidadania ao universo rural e popular, valendo-se de metáforas que tornaram esse conteúdo complexo acessível. Com base nessa comunicação, os trabalhadores rurais passaram a ver as relações de poder como uma construção social e não mais como algo natural. Passaram, então, a pensá-las como possíveis objetos de sua ação coletiva, caminhando no sentido do exercício da cidadania.

Esse processo, ao transformar as concepções políticas, contribuiu para a construção de práticas como atuação em sindicatos, associações, movimentos e, no que chamamos mais atenção, na política partidária. A noção de *representação* política ganhou vigor, pois tanto para os representantes quanto para os representados os mandatos passaram a ser entendidos como expressões de processos maiores, frutos de mobilizações populares em nome de causas construídas pelos próprios atores sociais.

Para além do discurso, as ações do Mobon e de parte dos movimentos sociais na América Latina transformam concepções e práticas políticas, potencializando a busca pela cidadania, redimensionando conjunturas políticas locais e, principalmente, inserindo grupos subalternos em disputas pelo poder público com base em demandas próprias, alicerçadas em suas significações sobre a realidade.

²⁴ Entrevista concedida por Raul Messias, em janeiro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BURDICK, John (1996). *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis Vozes.
- COSTA, Alípio Jacinto da (2009). *Bodas de Ouro da Evangelização (1959-2009): Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (Mape) ou Movimento da Boa Nova (Mobon)*. (Texto datilografado - 63 páginas). Dom Cavate-MG.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MELLUCCI, Alberto. *Challenge Codes: Colective action in the information age*. Cambridge University Press, 1996.
- MENEGUELO, Rachel (1989). *PT: a formação de um partido, 1979 – 1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NOVAES, Regina Reys (1987). *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Tese apresentada ao departamento de ciências sociais da Universidade de São Paulo.
- NOVAES, Regina Reys (2002). Crenças religiosas e concepções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Carlos. *Política e Cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- RESENDE, João. A linguagem de uma formação popular. In: Durval Ângelo (org.). *Caderno de Formação Política*. Belo Horizonte. O Lutador; 1997.
- RICCI, Rudá Guedes Moisés Salermos. *FUGA PARA O FUTURO: Novos Movimentos Sociais Rurais e a concepção de Gestão Pública*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1981.